



ESTILHAÇOS: SOBRE MODOS (IM)POSSÍVEIS DE PENSAR POLÍTICAS QUEER

FRAGMENTOS: SOBRE (IM)POSIBLES FORMAS DE PENSAR LA POLÍTICA QUEER

SHARDS: ON (IM)POSSIBLE WAYS OF THINKING ABOUT QUEER POLITICS



Késia dos Anjos ROCHA¹
e-mail: kesiaanjos@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ROCHA, Késia dos Anjos. Estilhaços: Sobre modos (im)possíveis de pensar políticas queer. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, e023007, 2023. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v24iesp.1.18175>



| Submetido em: 15/02/2023
| Revisões requeridas em: 22/04/2023
| Aprovado em: 11/06/2023
| Publicado em: 01/08/2023

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Doutoranda em Educação.

RESUMO: A partir da composição de pequenas cenas que rememoram episódios recentes que retratam as disputas em torno das questões de gêneros e sexualidades no campo das políticas públicas no Brasil, procuro refletir sobre as (im)possibilidades de falarmos em políticas *queer*. Não seria utópico falarmos em políticas *queer* em uma sociedade ancorada em uma cultura cisheteropatriarcal e colonial? Se, por um lado, as cenas nos mostram que houve uma intensificação e fortalecimento de grupos e organizações antigênero, que vêm atuando dentro e fora das instituições no intuito de impedir avanços relacionados às políticas de gênero, elas também expõem o nível de (des)comprometimento de governos de esquerda com essas mesmas pautas. Como espelhos quebrados, essas cenas no ajudam a compreender esse cenário e imaginar, como nos sugere a pensadora Jota Mombaça, outros mundos possíveis a partir da quebra, da politização das feridas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas queer. Políticas antigênero. Políticas educacionais.

RESUMEN: *A partir de la composición de pequeñas escenas que recuerdan episodios recientes que retratan las disputas en torno a cuestiones de género y sexualidad en el ámbito de las políticas públicas en Brasil, intento reflexionar sobre las (im)posibilidades de hablar de políticas queer. ¿No sería utópico hablar de políticas queer en una sociedad anclada en una cultura cisheteropatriarcal y colonial? Si, por un lado, las escenas nos muestran que se ha producido una intensificación y fortalecimiento de los grupos y organizaciones anti-género, que vienen actuando dentro y fuera de las instituciones para impedir avances relacionados con las políticas de género, también exponen el nivel de (des)compromiso de los gobiernos de izquierda con estas mismas agendas. Como espejos rotos, estas escenas nos ayudan a entender este escenario y imaginar, como sugiere la pensadora Jota Mombaça, otros mundos posibles a partir de la ruptura, desde la politización de las heridas.*

PALABRAS CLAVE: Política queer. Políticas antigénero. Políticas educativas.

ABSTRACT: *From the composition of short scenes that recall recent episodes that portray disputes around issues of gender and sexuality in public policies in Brazil, I try to reflect on the (im)possibilities of talking about queer policies. Wouldn't it be utopian to talk about queer policies in a society anchored in a cisgender-straight-patriarchal and colonial culture? If, on the one hand, the scenes show us that there was an intensification and strengthening of anti-gender groups and organizations, which have been acting inside and outside institutions in order to prevent advances related to gender policies, they also expose the level of commitment of left-wing governments to these same agendas. Like broken mirrors, these scenes help us understand this scenario and imagine, as suggested by researcher Jota Mombaça, other possible worlds from the breaking, the politicization of wounds.*

KEYWORDS: Queer politics. Anti-gender policies. Educational policies.

Estilhaços

Cinco pequenas cenas nos guiam no desenho do presente ensaio. Um diálogo sobre políticas públicas e políticas de educação, mas, sobretudo, uma reflexão que nos convida a imaginarmos outros cenários possíveis para nossas vidas e práticas cotidianas. Uma reflexão provocativa sobre as (im)possibilidades das políticas e (micro)políticas *queer* (POCAHY, 2016) na Educação. Desenhos tortos, fora das linhas, rasurados, borrados. Indisciplinados. De ‘vetar kit gay’ a combater ‘ideologia de gênero’. As cenas se apresentam diante de nós como acontecimentos-estilhaços (MOMBAÇA, 2021). Espelhos quebrados, pedaços que se esparramam pelos ares até que se remontam numa espécie de realidade social distópica. Mistura de ficção e realidade. Os cacos espelham fogueiras/chamas, monstros, bruxas, mamadeiras de piroca, criancinhas rosas e azuis, crianças *viadas*, cambalhotas, chás de revelação, famílias, bonecas-meninas, carrinhos-meninos, “menines” sereias. As cenas também expõem uma breve síntese de episódios que rememoram as recentes disputas travadas por movimentos contrários ao debate sobre gêneros e sexualidades na educação. Queimar a Bruxa. Saudar torturadores. Vetar ‘kit gay’. Produzir notícias falsas. Inventar monstros. Proteger criancinhas. Combater os monstros inventados. Ficções. Realidades. Estilhaços.

Queimar bruxas, vetar kit gay, inventar monstros e proteger criancinhas

Cena I. “Meu governo não faz propaganda de opções sexuais”

“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propagandas de opções sexuais; de nenhuma forma, nós não poderemos interferir na vida privada das pessoas” disse a presidenta Dilma Rousseff quando indagada pela imprensa acerca do veto ao Kit Escola sem Homofobia no ano de 2011. Indagada sobre possíveis abordagens futuras, ela se despedia sorridente dizendo: - *“O futuro? A Deus pertence”*.

Cena II - “Pela memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff” (Jair Bolsonaro, 31 de agosto de 2016)

Brasília. 2016. 31 de agosto. É Golpe! É Golpe? Não! É Impeachment. Mas é golpe. Processo democrático em curso? Misoginia? Machismo? Votação. No país do futebol placar 61 a 20. Mas não se iludam, não era um bate-bola, pelada, campeonato. Deputado Jair Bolsonaro, também chamado Messias no sobrenome, começa seu discurso: - *“Perderam em 64, perderam em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula (...) contra o comunismo,*

pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (...) meu voto é sim”. E seguimos assim. ‘Brasil acima de tudo’. ‘Deus acima de todos’. ‘Tá okay?’

Cena III. Eleições 2018

Brasil. 2018. Ano eleitoral. Notícias falsas. *Fake News*. Combustível para as eleições. Kit Gay. Mamadeiras de piroca. Jesus é travesti. Ideologia de gênero. Pânico Moral. O processo eleitoral de 2018 teve gênero. Trouxe o gênero como algo a ser combatido. Uma ameaça. WhatsApp. Memes. Figurinhas. Grupos de família. Brigas de família. Fim da amizade. ‘Qualquer coisa, menos o PT’. Qualquer coisa. Q u a l q u e r C O I S A.

Acontecimentos. Ou, poderíamos ousar dizer, feitos de uma política branco-colonial-cisheteropatriarcal². Ou ainda, como sugere Mombaça (2021, p. 18), “[...] o uso branco e cisgênero³ das categorias justiça social para seguir replicando as condições de reprodução da injustiça sistêmica”. A expressão ‘ideologia de gênero’ adentrava à cena brasileira, era o ano de 2007 e, inicialmente, ela circulava pelas instituições ligadas a Igreja Católica. Nesse mesmo período, no ano de 2008, o livro ‘Agenda de Gênero’ de Dale O’Leary era traduzido no Brasil pela editora católica da Canção Nova e marcava uma investida também no campo da literatura especializada e da difusão das ideias. Pouco depois, também tivemos a tradução do livro do argentino Jorge Scala ‘Ideologia de Gênero, neototalitarismo e morte da família’. O livro de Scala se converteu em material importante para a fundamentação daquelas pessoas que se colocavam à frente da difusão das políticas e discursos antigênero. Esse material bibliográfico passou a ser difundido e compartilhado pelos meios digitais, passou a ser discutido e popularizado por *youtubers* que contribuíram para inflar um movimento em prol de uma agenda antigênero no Brasil.

Demarquei o ano de 2007, mas se olharmos para trás veremos que isso tudo não é novo. Desde os finais do Estado Novo os eclesiásticos católicos questionavam artigos sobre o aborto no código penal de 1940. Nos anos 1960, a Igreja Católica atuou no sentido de proibir o acesso das mulheres aos anticoncepcionais. O incômodo com as homossexualidades ocupa a cena mais a partir da década de 1980, após o advento do HIV-Aids. No contexto dos anos 1990, a pauta antiaborto reuniu um grupo diverso de conservadores (católicos, protestantes, seculares,

² Cisheteropatriarcal é o sistema sociopolítico no qual o sujeito cisgênero, heterossexual e do gênero masculino detém a hegemonia e o poder de decisão sobre todas as demais pessoas.

³ O termo cisgênero é utilizado para denominar as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento.

kardecistas, etc.). As tentativas de conter a autonomia reprodutiva das mulheres e as liberdades de exercícios das sexualidades e diferentes performances de gêneros fazem a base para o que alguns⁴ pesquisadores vêm denominando ‘cruzada antigênero’. Assim, gênero, sexualidades e aborto se tornam elementos de disputas no âmbito das políticas públicas de educação, saúde e direitos humanos (JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA; KALIL, 2020).

Corrêa e Kalil (2020, p. 10, tradução minha), ao analisarem as ofensivas antigênero no contexto brasileiro, compreendem-nas como “dispositivos de acumulação de poder político que se nutrem de resistências às transformações das ordens de gênero e sexualidades”. As autoras também nos apresentam as conferências da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial as Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995) como cenários nos quais ocorreram os primeiros ataques ao gênero proferidos pelo Vaticano e outros aliados conservadores. Rememoram alguns posicionamentos do Brasil no cenário das conferências internacionais destacando que, em Durban (2000-2001) o país apresentava uma pauta em relação a direitos humanos que era bastante inédita e sugeria avanços. Entre 2003 e 2016, momento que compreende a gestão dos governos de esquerda, cabe destacar a grande participação dos movimentos sociais no controle social das políticas públicas. Foi no contexto dessas gestões que tivemos também a ocorrência das I Conferência Nacional LGBT⁵ (2008), Conferência de Políticas para as Mulheres (2004), criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD⁶ (2004), lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) e aprovação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Paralelamente a isso, de 1998 a 2014, tivemos um crescimento da bancada evangélica no poder – de 44 para 90 membros - e um avanço da frente parlamentar pela vida e contra o aborto. Atualmente a Bancada Evangélica conta com 132 deputados e 14 senadores eleitos na última eleição de 2022. O veto do Kit Escola sem Homofobia (2011) e aquela fala quase profética da presidenta: ‘o futuro a Deus pertence’, reverberam como nunca nos dias atuais. O veto ao Kit sempre passeia pelas minhas memórias. Essa cena me ajuda a pensar sobre a relação conflituosa entre políticas de gênero, sexualidades e educação, ou poderíamos sintetizar: sobre gênero e políticas públicas. Naquela ocasião, a então presidenta da república Dilma Rousseff,

⁴ Ao longo do texto, utilizo algumas vogais outras, como e/u/i, no intuito de problematizar a hegemonia da linguagem binária oficial. No entanto, linguagem binária ‘o/a’, será utilizada em algumas situações, em geral quando me referir a cisheteronorma.

⁵ Aqui mantive a sigla como era utilizada na ocasião – LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros.

⁶ A SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão foi criada em 2004, foi a partir de 2011 que o eixo Inclusão passou a integrar as competências da Secretaria. No ano de 2019, o Ministério da Educação – MEC, sob gestão de Ricardo Vélez Rodrigues, extinguiu a Secretaria. Em janeiro de 2023, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a secretaria acaba de ser reativada.

ao ser interpelada pela mídia num momento de bastante tensão e disputas em torno do lançamento e veto do Kit, tentava se justificar, em meio aos desconfortos gerados por todas as alianças políticas que envolviam seu governo, sobre o porquê do veto: ‘meu governo não faz propaganda de opções sexuais’.

Os bastidores das eleições de 2010 foram marcados pelo crescimento de um “ativismo conservador” reativo a alguns avanços de pautas feministas e LGBTI+⁷ e, olhar mais de perto para esse momento nos auxilia no entendimento do posicionamento da presidenta frente ao Kit. Depois de dois ciclos de um governo mais progressista, houve, por parte desses atores religiosos, um empenho no sentido de recuperar uma espécie de política institucional de base cristã e conquistar o voto religioso se tornou algo decisivo para quem desejasse vencer as eleições de 2010 (MACHADO, 2012, p. 26). Ainda no primeiro turno das eleições, Dilma visitou templos, se reuniu com líderes religiosos e teceu alianças. A candidata publicou dois documentos importantes nos períodos de campanha que antecederam o primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais: a *Carta aberta ao Povo de Deus*, no qual reconheceu o papel social das igrejas evangélicas no país e, pouco antes do segundo turno, publicou *A mensagem de Dilma*, no qual apresentava uma sequência de compromissos de seu governo, principalmente no que se referia a temática do aborto, família e outros pontos centrais nessa disputa:

2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto; 3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país; 4. O PNDH é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família (ROUSSEFF, 2010, n.p.).

O entendimento dos movimentos políticos e alianças firmados pela gestão de Rousseff, embora importante, não é capaz de justificar sozinho os impasses que envolvem as formulações de políticas públicas LGBTI+ no Brasil. De modo geral, é possível dizer, em diálogo com a pesquisadora Bruna Irineu (2021), que o poder legislativo das duas primeiras gestões de Lula e Dilma (2003-2016) não absorveram as pautas LGBTI+, nem tampouco questões como a descriminalização do aborto. Algumas garantias de acesso a direitos por parte dessa população como a união estável e o casamento civil, por exemplo, vieram por meio de decisões do Judiciário. Na análise da pesquisadora sobre as políticas públicas LGBTI+ nesse período, ela aponta que uma espécie de paternalismo, próprio do modo de gestão ‘Lulista’, poderia ser

⁷ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e outras dissidências.

responsável por essa baixa institucionalização das políticas. A ideia de ‘paternalismo’ aparece na análise que a autora faz da relação entre as gestões de Lula (2003-2010) e movimento social LGBT. Intensificando a crítica sobre o tema, Irineu (2021) caracteriza o modo como as políticas LGBTI+ foram pautadas por esses governos como parte de um pacote de “cidadania de consolação”, algo que, na concepção dela, estaria fundamentado em uma “homofobia cordial” (IRINEU, 2021, p. 581). Essa ideia de homofobia cordial pode ser melhor compreendida quando observamos que, embora o Brasil apareça na cena internacional como um país avançado em termos de direitos LGBTI+, na prática, a pasta não possuía orçamento específico e as políticas não tiveram continuidade após as transições de um governo para o outro; o veto ao Kit é um ótimo exemplo disso.

Com esse veto, vai-se desenhando e se fortalecendo os traçados de uma ideia de ‘criança sob ameaça’, de infância em perigo. Para os grupos conservadores, afirmarem-se contrários aos direitos LGBTI+ e favoráveis à violência parecia complicado; mais fácil e estratégico foi se apresentarem como defensores das crianças (BALIEIRO, 2018). Cria-se, portanto, um inimigo comum, que estaria ameaçando a integridade de crianças inocentes, expondo-as aos perigos de um empreendimento pela ‘morte da família’, como traz o título traduzido da obra de Jorge Scala. A partir daí, um grande apelo público se intensifica na sociedade; pais, mães, responsáveis pelas crianças, docentes de ensino básico e igrejas são convocados a se posicionarem diante dessa ameaça e a consequência tem sido uma série de investidas no sentido de barrar políticas públicas e/ou vetar e editar políticas que promovam o respeito à diversidade/diferença e/ou a igualdade de gênero.

Existiram condições políticas que possibilitaram o desenho dessa ofensiva antigênero. Em 2013, combater a ideologia de gênero já era uma pauta consolidada dos movimentos mais conservadores e se pulverizava pelo país. Para Miskolci (2018) foi em meio às discussões sobre os planos de educação que essa cruzada moral se disseminou ainda mais. Uma política do medo foi instaurada nos espaços escolares. Docentes e estudantes vigiados. A educação passa a ser personagem central dos conflitos e no âmbito dos debates sobre o Plano Nacional de Educação - PNE, desabrocha o encontro e sela-se a parceria ecumênica entre forças católicas, evangélicas e movimentos seculares como o movimento Escola sem Partido - ESP.

Quando olhamos para a cena que oficializa o Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o momento da votação pelo *impeachment*, chama bastante atenção as narrativas dos parlamentares durante seus votos. No fragmento que trouxe para este texto, destaco a saudação e reverência de Jair Bolsonaro a um torturador, saudação e anúncio do seu modo de pensar

e fazer política, pautado no autoritarismo e na instigação de um golpe militar. Gaudêncio Frigotto (2017) nos lembra bem que, durante a votação pela instauração do processo de *impeachment*, que o autor chama de “golpe jurídico, parlamentar, policial e midiático”, mais de 90% dos parlamentares ali presentes utilizaram como justificativa de seus votos a defesa da tríade Deus, Pátria, Família. O autor também nos conduz a um *flashback* e nos relembra que, nos idos de 1964, quando sofriamos um golpe civil-militar, essa era a base do pensamento que o ancorava: Deus, Pátria, Família *versus* Comunismo.

A cena das prévias da eleição presidencial de 2018 mostrou o desfecho desse Golpe. Anunciou o que estaria por vir: ‘qualquer coisa, menos o PT’ é uma expressão que traduz essa investida promovida pelo ESP na qual partidos de esquerda passam a ser renomeados de comunistas, gayzistas, abortistas, ameaçadores à família e às crianças. Há uma redução dos espaços de diálogos dissonantes e a abertura de uma arena de aceite de violências: mães amamentando em público, pessoas negras, gays afeminadas, pessoas trans, pessoas não binárias, sapatonas – corpos sob ameaças cotidianas. Como disse Bolsonaro à época: ‘perderam em 1964, perderam em 2016’, ‘Deus acima de todos’.

Eu mencionei o movimento Escola sem Partido, mas é importante contextualizar que o movimento vinha atuando desde 2004 a partir da pauta de uma educação neutra ou, como eles mesmos se apresentavam, contra o avanço de uma possível doutrinação comunista. Nos anos mais recentes, eles abraçaram a pauta moral de combate à ideologia de gênero e passaram a incentivar as denúncias contra docentes que viessem a abordar as questões de gêneros na sala de aula. Foram disponibilizados modelos de notificações extrajudiciais, bem como modelos de projetos de leis para proibição da abordagem de gêneros e sexualidades nas escolas. Para a pesquisadora Elisabeth Macedo (2017, p. 519) “[...] o ESP veio explicitar, pelo viés da intolerância ao outro, a inadequação do político na escola”, o movimento se tornou um empreendedor moral importante nessa cruzada antigênero e um dos principais agentes responsáveis pela associação dos governos de esquerda à ideia de incentivo a desvios morais (PENNA, 2017; BALIEIRO, 2018; MOURA; SALLES, 2018).

Corrêa e Kalil (2020, p. 70) acreditam que é nesse momento que “germina um consenso ecumênico” que vai caracterizar essas ofensivas no contexto brasileiro. Conforme analisa Almeida (2019, p. 209):

[...] o conservadorismo religioso oscila entre resistir às mudanças (só existem famílias heterossexuais, por exemplo), provocar mudanças regressivas (o aborto é criminalizado em qualquer situação, o que retroage à legislação de

1943) e aderir a certos valores deste mundo (ética empreendedora e o aumento da violência de Estado).

A partir dessas parcerias, os grupos se dividem na missão de retirar a pauta de gênero dos planos de educação – nacional, estaduais e municipais. Começa uma caçada ao gênero. Mais de 40 projetos apresentados em câmaras municipais, que mesmo inconstitucionais e não aprovados, mexeram com a cultura escolar e com a sociedade. Ainda conforme destacam Corrêa e Kalil (2020, p. 70) “As cruzadas antigênero vêm atacando as diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidades na educação básica, média-superior, superior, no Brasil, América Latina e Europa”. Falamos, portanto, de um movimento transnacional que vêm atuando estrategicamente na defesa da manutenção do modelo cisheteropatriarcal de sociedade.

Cena IV. “Queimem a Bruxa!”

São Paulo. 2017. Novembro. Manifestantes se reúnem em frente a uma das unidades do Serviço Social do Comércio - SESC. Cruzes. Terços. Bíblias. Bandeiras do Brasil. Esses são os principais estandartes utilizados pelas pessoas manifestantes. Fora isso: FOGO! “*Pedofilia Não*”. “*Não à zoofilia*”. “*Escola sem Partido já!*”. “*Menos Butler, mais família*”. “*Não à ideologia de gênero nas escolas*”. “*Não ensinam perversão às nossas crianças*”. “*Fora aberração de gênero – go home!*”. “*Homem é homem, mulher é mulher, aqui no Brasil, você não faz o que quer*”. “*Menos bruxas, mais príncipes e princesas*”. “*Viva às princesas do Brasil*”. QUEIMEM A BRUXA! E fogo! [Ao fundo é possível ouvir em coro suave: ‘pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome...’]. QUEIMEM A BRUXA! E FOGO! Sim, atearam fogo. A boneca Butler-bruxa era queimada ali mesmo, na rua. E isso não é a apresentação de nenhum roteiro de filme medieval. Eu juro.

Nos anos de 2014 e 2015, a expressão ideologia de gênero já estava na boca do povo. Já estava posta uma cruzada moral contra a palavra gênero. E é um pouco depois disso, no ano de 2017, que acontecem as manifestações contra a filósofa Judith Butler narrada na cena acima. Temos um elemento novo, gênero e ideologia de gênero passam a ser relacionados, pelos movimentos antigênero, à imagem e produção teórica de Butler (LUNA, 2017; MISKOLCI, 2018; CYFER, 2018). A tal ideologia estaria, portanto, ameaçando crianças e jovens e expondo-as aos perigos de uma indução às expressões de gêneros e identidades de gêneros dissidentes, à pedofilia, a zoofilia, a experientiação do sexo precocemente, a uma adesão ao comunismo, dentre outras coisas e tudo junto e misturado.

Cena V. “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”: uma verdade sacrossanta?

Brasil. Início de 2019. Nos bastidores da posse da nova ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ouvimos seu brado festivo: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. Os apoiadores saúdam e vibram ao redor da ministra. Sua atuação no ministério divide espaço com as ações que desempenha enquanto pastora evangélica. Defende, em seus discursos na internet, que é o momento de a Igreja governar o país: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”.

Se tem uma coisa que me parece impossível é deixar as sexualidades e os gêneros guardados em casa e irmos para a escola ou à missa, ou ao culto, ou ao terreiro, sem eles. O máximo que se faz é tentar trancafiá-las num armário ou outro, mas sabemos que isso é complexo. Assim, talvez pudéssemos partir de um ponto quase consensual de que gêneros e sexualidades estão aqui, juntinhos da gente, por onde quer que caminhemos. Quando penso na escola, especificamente, sempre me lembro que passei longos anos da minha infância e juventude nela, foi lá que vivenciei muitas das experimentações afetivas, foi lá que passei a tomar algum tipo de consciência sobre como me via/sentia enquanto menina/mulher, atravessada também por outros eixos de poder como raça, classe, sexualidades, geração etc. Pois é, é tempo demais num espaço para achar que a gente o ocupa sendo somente metade ou parte daquilo que somos. A gente está lá inteira, com nossos medos, anseios, expectativas, contradições e mutações.

Pensando no campo da educação que, como já mencionei, está no centro das disputas que envolvem as campanhas contra as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas, é possível dizer, provocada pelo diálogo com Chiaradia e Cassal (2019, p. 238) que tivemos uma espécie de “virada conservadora das políticas públicas de educação”. Migramos da inclusão de uma determinada perspectiva de gênero e sexualidade como temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), que era datada de 1997, para a supressão total no Plano Nacional de Educação - PNE em 2014 (BRASIL, 2014) e também na Base Nacional Comum Curricular– BNCC aprovada em 2017 (BRASIL, 2018). A versão aprovada do PNE excluiu as menções a palavra *gênero* e apresentou, em sua versão final, apenas o genérico termo ‘combater às desigualdades educacionais’ (VIANNA; BORTOLINI, 2020) e a versão aprovada da BNCC varreu de seu texto as menções a gênero e orientação sexual.

Retomando um pouco o episódio de Butler, nesse mesmo ano da sua passagem pelo país, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) teve sua terceira e última

versão aprovada sem menções a gênero e orientação sexual, censuradas do documento. A temática da sexualidade aparece apenas nas diretrizes para o ensino de ciências e indicadas somente para os conteúdos do oitavo ano do ensino fundamental. A abordagem da sexualidade centra-se ainda em uma perspectiva biologizante, ou seja, relacionada a conteúdos como infecções sexualmente transmissíveis - IST, gravidez e reprodução (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019). Para contextualizar um pouco a importância do presente documento, retomo brevemente os finais dos anos 1990, momento bastante importante para as políticas de educação, principalmente no que compreende a ampliação dos debates sobre direitos humanos e respeito às diferenças. Datam deste momento a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) que viria a estabelecer a autonomia na organização e gestão da educação por parte dos estados da federação. Na sequência, tivemos a instituição, em 1997, dos PCN (BRASIL, 1997), que já foi bastante analisado por muitos pesquisadores que reconhecem a sua importância para o campo das políticas de igualdade de gênero, uma vez que foi o documento que oficializou a educação sexual como algo importante nos currículos e nas escolas. Relembro que os PCN traziam a indicação de que docentes trabalhassem, de maneira transversal, com o tema ‘orientação sexual’ (MACEDO, 2017; CARDOSO *et al.*, 2019; ROCHA, 2012; SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019).

Os impactos dessa virada conservadora das políticas ressoam também nos currículos das escolas. Paraíso (2016) entende o currículo como território, espaço de governo e de resistências, que envolve múltiplas forças, atravessado por investidas normalizadoras e também criadoras de possibilidades inventivas. Sobretudo, ela nos apresenta o currículo como cenário incontrolável, conforme a autora “[...] exatamente por ser incontrolável, o currículo é escolhido por grupos reacionários para se fazer a coibição, o impedimento, a proibição e controle dos temas gênero e sexualidades” (PARAÍSO, 2016, p. 390). Segundo a autora, são usadas estratégias de “tradução, multiplicação, distorção e amedrontamento” (PARAÍSO, 2016, p. 390) como recursos de controle dos currículos. Esse jogo de inclusão e exclusão de termos nos documentos oficiais é traduzido pela autora como uma ciranda entre currículo, gênero, poder e resistência.

Falar sobre políticas públicas e sobre políticas de educação no presente texto se faz importante porque os resultados dos conflitos apresentados reverberam justamente nas políticas, nos currículos, no cotidiano dos espaços educativos. É no contexto das cenas e espaços do cotidiano que observamos os impactos da existência ou não dessas políticas. Cada momento histórico e político é permeado por diferentes relações e disputas de poder e isso também se traduz na materialização das políticas. Questões como acesso e permanência à

educação se apresentam como fundamentais nessa cena cotidiana e é um dos principais pontos desse debate. Compreender um pouco melhor os caminhos e cruzamentos das normativas, parâmetros, diretrizes que embasam as ações do dia a dia dos espaços educativos nos permite repensar nossas práticas e compreender os retrocessos e possíveis avanços que poderíamos vir a esperar.

Além dos pontos já apresentados, é importante situarmos que as transformações no campo das políticas públicas de educação, e não somente, se inserem num contexto político, social e econômico maior. Biroli, Vaggione e Machado (2020) enfatizam em seu estudo sobre a relação entre gênero, democracia e neoconservadorismo na América Latina que, para compreendermos melhor esse fenômeno, precisamos identificar a relação entre as religiões, as democracias atuais e o neoliberalismo. Os chamados fatores morais devem ser pensados juntamente com os econômicos uma vez que um dos aspectos novos dessa onda é justamente a aliança que se formou entre católicos conservadores, segmentos evangélicos conservadores e neoliberalismo em torno do sentido de família. Para as autoras, o principal ponto dessa aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo é que eles “[...] convergem ao posicionar a família no centro de sua concepção mais ampla de sociedade”, sobretudo “na perspectiva da responsabilização das famílias em meio a processos amplos de mercantilização e privatização” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, n.p.). As chamadas questões morais, portanto, ocupam lugar central nas lógicas e dinâmicas das sociedades capitalistas e neoliberais, já que a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso ‘individuais’ cairiam justamente sobre a família (FASSIN, 2021).

De modo geral, essas primeiras reflexões apresentadas, me fazem sugerir que ainda não chegamos próximos de uma abordagem das questões de gêneros e sexualidades que caminhe para além do modelo cisheteropatriarcal binário, com raízes em concepções biologizantes de corpo, sexualidades e desejos. Acompanhando o balanço reflexivo feito por Cardoso *et al.* (2019) é possível dizer que transitamos de um conjunto de políticas que apontavam para a ideia de tolerância e respeito à diversidade como estratégias de ampliação do acesso e permanência na educação, para políticas que tinham como proposta minimizar desigualdades considerando eixos de poder como gênero, orientação sexual e raça. No cenário das políticas de educação, pensar a desconstrução dos modos de amar, desejar, performar nossas sexualidades e expressões de gênero ainda se apresenta como uma proposta por vir.

A ‘nova era’ de Damares, bem como todas as ações do governo de Jair Bolsonaro, deixaram marcas bastante profundas nas instituições democráticas brasileiras. No âmbito das

políticas de educação, temos um cenário de estreitamento das políticas voltadas para as questões de gêneros e sexualidades, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos. O crescimento da Bancada Evangélica e outros grupos de parlamentares conservadores, representam alguns dos desafios que enfrentamos e teremos de enfrentar nos próximos anos. A ‘nova era’ na qual tivemos o Presidente da República vetando a distribuição de absorventes higiênicos para estudantes do ensino fundamental e médio e para pessoas em situação de vulnerabilidade social, defendendo intervenção militar e saudando torturadores impactou profundamente a nossa democracia.

Ameaça às subjetividades infantis. Política do medo e ameaça à liberdade direcionadas a educadores (as) e artistas (MISKOLCI, 2018; BALIEIRO, 2018; CHIARADIA; CASSAL, 2019); associação das homossexualidades à pedofilia apresentada como argumento para justificar movimentos de censuras a ativistas pelos direitos humanos e, em especial, pelos direitos sexuais e reprodutivos; censura à livros de literatura, performances e obras de arte em geral (LIONÇO *et al.*, 2018). Esses foram alguns dos elementos centrais dessa ‘era’ sobre a qual intencionei falar nesse tópico.

Das (im)possibilidades das políticas *queer* na Educação

A promessa de um novo mundo moderno que promoveria igualdade, liberdade e fraternidade parece não ter se concretizado, ao menos naquilo que a ciência moderna vem denominando *universal*. Esse ideal parece mais um monumento em ruínas. Ou, um monumento cisheteropatriarcal colonial em ruínas. Mesmo que muitos se recusem a compreender os porquês desse ruir, não há como ignorarmos o sangue, os corpos, as feridas, os gritos, o estrondo dos tiros que alguns insistem em dizer, *perdidos*. Por mais distantes que pareçam estar, esses ‘outres’, esses estranhos, bizarros, dissidentes, somos nós, estamos bem aqui. Somos mutantes. Se, para a elite política branca, cisgênera, heterossexual e colonial que arbitra sobre nossas existências no Congresso, nas Câmaras, nas universidades, nas escolas, nas igrejas, nas empresas, não somos a representação daquilo que se entende humano e, portanto, não somos sujeitos que inspiram um modelo de mundo possível, como dar vazão a qualquer força de mobilização política que nos mova em sentidos diferentes dos que foram apresentados no tópico anterior? Como deixarmos de imaginar o jogo de poder das políticas públicas como um cabo de guerra com equipes desproporcionalmente organizadas a puxar? No âmbito da política

pública institucional, muitas vezes, o desfecho do jogo somos nós com a cara na poeira; puxam a corda com muita força e lá vamos nós, direto ao chão.

Jota Mombaça nos fala sobre a politização da ferida, sobre a criação de mundos possíveis a partir da quebra, ou seja, a partir de tudo aquilo que nos fragiliza, que nos estilhaça. Na tentativa de definir o que seria esse ‘estar junta na quebra’, a autora sugere que “a quebra não são os estilhaços, mas o movimento abrupto, errático e desordenado do estilhaçamento” (MOMBAÇA, 2021, p. 24). Talvez seja aquele exato momento em que a corda é puxada e sentimos o impulso que antecede a queda. Então, fico me indagando: que políticas nascem do estilhaçamento? Dialogando com as reflexões de Pocahy (2016) sobre como pensar e produzir (micro)políticas *queer* na academia e na pesquisa, fiquei imaginando quais políticas ou micropolíticas temos produzido. Para esse autor, as (micro)políticas queer,

Com suas epistemologias de mundo profanadoras, inquietas, abusadas, radicalmente promíscuas, gordas e transbordantes de impaciência diante dos coronéis da nova ordem política nacional (esteja esta nova ordem na academia, na igreja, nos legislativos e outros lugares-práticas de polícia social), multitudes de corpos em fuga fazem a vida pulsar, instaurando outras formas de organização e coletividade apaixonadas pela fluidez e pelo prazer como invenção ético-estético-política da vida (POCAHY, 2016, p. 226-227, grifo nosso).

Fiquemos com a frase ‘*corpos em fuga que fazem a vida pulsar*’. E pensemos nas inúmeras manifestações cotidianas de questionamentos ou fugas da norma. Aquelas que presenciamos ou vivenciamos nas ruas, nas escolas, nos museus, nas universidades, nas manifestações artísticas, ou até mesmo nas casas de alguns parentes. Aquelas que vivenciamos com nossas corpos dissidentes adentrando aos espaços sem pedir licença. As que nos lembram que desejar e pautar o desejo é matéria prima de constituição de vidas. E até aquelas que avivam nossa memória pela via da dor – a dor do apontamento na rua, da agressão física, da negação do afeto, do abandono, do comentário-cortante-violento sussurrado baixinho quando passamos: ‘*sapatonas, aberrações...*’.

Viver apesar do Brasil e “[...] viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível” é o que nos grita, em contrapartida, Jota Mombaça (MOMBAÇA, 2021, p. 14). Fiquemos com ela. De acordo com a autora “O Brasil, essa ficção colonizada e recolonial, submissa ao imperialismo e imperialista, dominada e dominante, nunca serviu de fato ao propósito das lutas contínuas por libertação do território e dos corpos subjugados em sua construção” (MOMBAÇA, 2021, p. 16). Restar-nos-ia, portanto, investir no corpo em fuga trazido no parágrafo anterior. Corpo, gesto, palavra em fuga. Sou muito atravessada pelo questionamento

sobre a materialidade das políticas *queer*, e quando falo materialidade, me refiro àquelas políticas ditas institucionais e às ditas subjetivas, se for importante para alguém separá-las. Prefiro trabalhar com a perspectiva de dizermos políticas dos corpos ou políticas das vidas. Conversando com o pensamento artístico-filosófico da artista Linn da Quebrada⁸, ela nos provoca: “vamos pegar nos nossos corpos como armas” e Mombaça (2016, p. 344) interage: sejamos “monstruosas no espaço na norma, indisciplinada no lugar da disciplina”. Dicas número um e dois para pensarmos políticas *queer*.

Voltando um pouco aos estilhaços que têm nos acompanhado nesse encontro, Linn da Quebrada compõe o próprio nome a partir dessa mesma ideia, daqueles cacos de um espelho que, segunda ela, antes refletia um homem feito à imagem e semelhança de Deus⁹. Ela também nasce na/da quebra. Estamos juntas. Para a criação de políticas *queer*, precisaríamos, então, de algum tipo de destruição daquilo que está posto, precisaríamos abdicar do ‘eu essência’, do ‘eu fixo’, do jeito certo de lecionar, escrever, pensar, comer, amar, e até de estarmos sozinhas. Pocahy (2016), na sua provocação à produção acadêmica normativa advinda da cisgeneridade, aponta a formação em educação e saúde como possíveis espaços para a inter-invenção de ferramentas democráticas. Corpo como arma. Corpo-bomba que explode os significados fixos da existência e da ciência. Ruir a partir de dentro. Estamos dentro desse mesmo cenário e não dá pra sair. Lembrem-se: estamos vivas “apesar de...”. Políticas *queer* são como passos improvisados e dançados sem coordenação, sem forma, que mexem com a estética, com a norma. No movimento de improviso, a vida se torna incontrollável, porque muda o tempo todo, porque abdicamos do que seria certo, bonito, normal, esperado.

Halberstam (2020, p. 133), em suas elaborações teóricas sobre a arte *queer* do fracasso, sugere que “Os estudos *queer* nos oferecem um método para imaginar, não algum tipo de fantasia de um outro lugar, mas alternativas existentes para sistemas hegemônicos”. Repito: ruir a partir de dentro. Precisamos impedir que queimem as bruxas ou, como poetiza Linn da Quebrada: “Não queimem as bruxas/ Mas que amem as bixas/ Mas que amem/ Que amem/ Clamem/ Que amem/ Que amem as travas também”¹⁰. Em meio a movimentações da política institucional que se move e legisla pautada em terços, bíblias e bandeiras do Brasil, políticas *queer* acontecem nos corpos-políticos que insistem em não morrer. Para Halberstam:

⁸ Lina Pereira dos Santos, também conhecida como Linn da Quebrada, é uma multiartista e pensadora brasileira.

⁹ *Bixa Travesty* (2018), documentário autobiográfico que narra um pouco da história da artista Linn da Quebrada. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/bixa-travesty/t/c5LxGg2M7f/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

¹⁰ Música ‘Oração’ de Linn da Quebra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Enquanto histórias liberais constroem narrativas políticas triunfantes com histórias progressistas de desenvolvimento e sucesso, histórias radicais devem lidar com um passado menos organizado, um que transmite legados de fracasso e solidão como consequências de homofobia, racismo e xenofobia (HALBERSTAM, 2020, p. 146-147).

Linn da Quebrada nos diz: “serei o transtorno para suas teses, porque estou e continuarei em obras”¹¹. Políticas *queer* são corpos em obras, que vivem e dançam apesar do Brasil. Longe de nos apegarmos às narrativas triunfantes das promessas de uma política institucional progressista, estamos alertas buscando pelas histórias radicais, ansiosas para que, se tivermos um futuro, que ele nos apresente problemas diferentes desses que abordamos nessa escrita, que tenhamos outros problemas e, portanto, outras novas soluções para criarmos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185306, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Kttd5GkPYPjH69DZxw6VcL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. M. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 23 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, DF: MEC, SEF, 1997. v. 8.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC, SEF, 1998.
- BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

¹¹ *Bixa Travesty* (2018), documentário autobiográfico que narra um pouco da história da artista Linn da Quebrada. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/bixa-travesty/t/c5LxGg2M7f/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 13.005 de 15 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base.** Brasília, DF: MEC, CONSED, UNDIME, 2018. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 23 jun. 2023.

CARDOSO, L. R. *et al.* Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44651>. Acesso em: 12 set. 2020.

CHIARADIA, C. F.; CASSAL, L. C. B. Ressonâncias educativas de um conceito pseudocientífico: “ideologia de gênero e sexualidade na sociedade brasileira. **Perspectivas de la Comunicación, Universidad de la Frontera**, Chile, v. 12, n. 1, p. 227-258, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7254080.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

CORRÊA, S.; KALIL, I. O. **Políticas Antigênero en America Latina: Brasil – La catástrofe perfecta?** Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185303, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tBVkkggdh9vqLVHgTmvfzZ7G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

FASSIN, É. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911>. Acesso em: 17 out. 2022.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Tradução: Bhuvi Libanio. Recife: CEPE, 2020.

IRINEU, B. A. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566-583, jul./dez. 2021.

JUNQUEIRA, R. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso: 02 jul. 2019.

LIONÇO, T. *et al.* “Ideologia de gênero” estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011. Acesso em: 02 ago. 2020.

LUNA, N. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidades sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175018, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/FM5rbRhS5hDXSVmTXNQ73Wt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmWzCdQK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

MACHADO, M. D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PTHwmQfBxGnZ6H4LQ7tp8Dc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ideologia de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobobó, 2021.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, ano 17, v. 1, n. 28, p. 341-354, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 02 maio 2023.

MOURA, F. P.; SALLES, D. C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 136-160, maio/out. 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742>. Acesso em: 10 set. 2019.

PARAÍSO, M. A ciranda do currículo, com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

PENNA, F. A. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

POCAHY, F. (Micro)políticas Queer. *In*: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador, BA: EDUFBA, 2016.

ROCHA, K. A. **Da política educacional à política da escola**: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo, 2012.

SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Base Nacional Curricular Comum e Diversidade Sexual e de Gênero: (Des)caracterizações. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051/8347>. Acesso em: 10 out. 2022.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e221756, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradecimentos à toda equipe organizadora do ConQueer/2022, em especial ao Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias.

Financiamento: O texto apresentado é parte da pesquisa de doutorado da autora intitulada “*ManiFesta por uma Educação sem juízo: ativismos das dissidências sexuais e de gêneros, censuras e educação*”; a pesquisa recebeu apoio financeiro da FAPITEC e CAPES.

Conflitos de interesse: A autora declara não haver conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: A autora foi responsável por toda pesquisa e elaborações das reflexões apresentadas no texto.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

